

Exmo. Senhor Presidente

da Comissão Parlamentar de Economia, Obras
Públicas, Planeamento e Habitação

Deputado Afonso Oliveira

S. Bento, 8 de julho de 2022

Assunto: Audição, com caráter de urgência, do Presidente do Conselho de Administração da Transportes Metropolitanos de Lisboa, Faustino Gomes.

Exmos. Senhor Presidente

A nova rede de transportes públicos rodoviários no distrito de Setúbal, sob a gestão da Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML), começou a operar no início do mês de junho, apenas nos concelhos de Alcochete, Moita, Montijo Palmela e Setúbal. Desde então que o serviço de transportes apresenta um serviço com incumprimento de horários, horários e rotas desajustadas, autocarros sem capacidade ou falta de tanto autocarros como motoristas. A desilusão tomou conta do anúncio de uma "revolução" nos transportes rodoviários na Área Metropolitana de Lisboa e, em particular, na margem sul, já massacrada por décadas de um serviço deplorável prestado pelos TST. Depois de meses em que definição das novas linhas e frequências a concurso se manteve em segredo, o projeto foi lançado de forma parcial, sem informação e perante um total desconhecimento da população e até dos autarcas.

Em Almada a operação iniciou-se a 1 de julho tendo como concessionária a mesma empresa, a TST, e criando um autêntico caos. Os utentes indignaram-se contra carreiras cheias, falta de horários de manhã e à noite, supressão de carreiras fundamentais para o município sem alternativas viáveis, fraca oferta de serviços em áreas dos concelhos onde o acesso à mobilidade é já reduzido, supressão de destinos em Lisboa que obrigam a transbordos e deslocações mais longas, falta de informação sobre horários

e trajetos, falta de sinalização das paragens, a falta de coordenação com outros meios de transporte públicos, entre outros problemas.

A supressão de carreiras e horários impede a deslocação de e para o trabalho de milhares de trabalhadores que residem freguesias como a Costa da Caparica, Charneca de Caparica ou Sobreda, indicando que o serviço não é compatível com necessidades dos utentes que precisam do transporte público para trabalhar. Trata-se de um recolher obrigatório inaceitável.

Apesar de até esta ser a situação mais contestada pelos utentes, Almada não é o único concelho onde a implementação da Carris Metropolitana enfrentou problemas, atrasos e dificuldades.

Perante este quadro, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda considera urgente ouvir o Presidente do Concelho de Administração da TML, Faustino Gomes, na Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, com carácter de urgência, a audição do Presidente do Conselho de Administração da Transportes Metropolitanos de Lisboa, Faustino Gomes.

A Deputada do Bloco de Esquerda,

Mariana Mortágua